



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0203742-9

190

COMARCA: Pombos – Vara Única
RECORRENTE : Manoel Moreira da Silva
RECORRIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. José Correia de Araújo (convocado)
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADA. INVOCADA A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA LESÃO CORPORAL CULPOSA. NÃO INDIVIDUOSAMENTE CONFIGURADA. MATERIALIDADE COMPROVADA. ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DO RECORRENTE.

I – No caso concreto presente, inexistiu, prova segura, incontroversa, capaz de configurar o caráter accidental da prática delitiva e, consequentemente, a desclassificação do delito para a tipificação contida no art. 129, §6º, do CP, pois, a tese de defesa do Recorrente não restou plenamente comprovada, diante de todo o conjunto probatório colhido nos autos.

II - *In casu*, é inviável o provimento perseguido pelo Recorrente, ante a regra do art. 413, do Código de Processo Penal, circunstância que evidencia o acerto da decisão recorrida, uma vez que ficou comprovada a materialidade do fato e estão presentes elementos probatórios suficientes sobre a autoria do crime.

III – Estão assentes os pressupostos necessários à Pronúncia do réu, devendo o mesmo ser submetido a julgamento pelo Tribunal Popular, pois na fase do juízo de admissibilidade da acusação, é defeso ao julgador o exame aprofundado do conjunto probatório, a fim de não influir na convicção constitucionalmente soberana dos jurados.

IV- Recurso improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **RECURSO EM SENTIDO ESTRITO nº 0203742-9**, no qual figura como parte a acima nomeada. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em negar provimento** ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 03 de 02 de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

169
DME

191

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0203742-9

COMARCA: Pombos – Vara Única
RECORRENTE : Manoel Moreira da Silva
RECORRIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. José Correia de Araújo (convocado)
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Trata-se de *Recurso em Sentido Estrito* interposto por **MANOEL MOREIRA DA SILVA**, contra Decisão monocrática que pronunciou o acusado como incurso nas penas do art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art.14, inciso II, ambos do Código Penal (Tentativa de Homicídio duplamente qualificada), na tentativa de desclassificar sua conduta para o art. 129, §6º, do Código Penal (Lesão Corporal Culposa).

Narra a inicial acusatória (fls.02/04) que no dia 25 de junho de 2000, por volta das 20h30, na 4ª Travessa da Vila da FICAM, município de Pombos/PE, o denunciado **MANOEL MOREIRA DA SILVA**, armado com um revólver marca Taurus, calibre 38, efetuou disparos contra a vítima **GEOVANE ANTÔNIO DA SILVA**, adolescente de 15 (quinze) anos de idade, na tentativa de ceifar a vida da vítima, não logrando êxito por circunstâncias alheias à sua vontade.

Consta, ainda, na Denúncia, que no dia dos fatos o denunciado iniciou uma discussão com a genitora da vítima, Sra. MARIA DO CARMO DA SILVA, acusando a vítima de ter jogado pedra no telhado de sua residência, quando a mesma aproximou-se pra saber o que estava acontecendo, ocasião em que o acusado sacou um revólver e efetuou disparos em direção à vítima, que foi atingida por um dos disparos. Diante dos fatos, o Genitor da vítima e um vizinho conhecido por Gerson, entraram em luta corporal com o denunciado, conseguindo tomar-lhe a arma e impedindo a consumação do homicídio, tendo o acusado empreendido fuga logo após a suposta prática delitiva.

Ao final, foi denunciado como incurso às penas do art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (Tentativa de Homicídio duplamente qualificada) e art. 10, caput, da Lei nº 9437/97 (Antiga Lei de Armas).

A Denúncia foi recebida, em 30/08/2000, em todos os seus termos (fls. 02), tendo sido designado, no mesmo ato, o interrogatório do acusado para o dia 04/12/2000.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

172
01/12
192

Constam nos autos, os seguintes documentos: Inquérito Policial (fls. 06/62), o interrogatório do réu (fls. 69/70), Perícia Traumatológica (fls. 77 e 109), a oitiva das testemunhas (fls. 80/86 e 105/107) e a Perícia Balística (fls. 89/93).

Encerrada a Instrução Criminal e oferecidas as Alegações Finais (fls. 111 e 121/123), o Juiz processante, acolhendo, parcialmente, a tese da acusação, Pronunciou o acusado como incurso nos arts. **art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (Tentativa de Homicídio duplamente qualificada)**, e declarou **extinta a punibilidade em relação ao crime do art. 10, caput, da Lei nº 9437/97**, com fulcro no art. 107, IV e art. 109, V, do CP, em 05/08/2005 (fls. 125/130).

Inconformado com a Decisão de Pronúncia, o acusado **MANOEL MOREIRA DA SILVA** apresentou suas Razões de Recurso (fls. 135/137), alegando que as provas colhidas nos autos são insuficientes para levá-lo ao julgamento pelo Tribunal do Júri Popular por tentativa de homicídio. E ainda, que o Togado Monocrático desconsiderou a tese da Defesa, no sentido de desclassificar a prática delitiva para Lesão Corporal Culposa (art. 129, §6º do CP), o que lhe impede de ser submetido a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri, pugnando, desta forma, pela reforma da Decisão guerreada, além da desclassificação do tipo penal.

Em suas Contrarrazões o Ministério Público (fls. 139/141), refuta as alegações da Defesa, pugnando pela manutenção *in totum* da Pronúncia.

O Juízo singular, em obediência aos ditames do art. 589, do Código de Processo Penal, proferiu despacho (fls. 143), em 09/11/2005, mantendo a Decisão recorrida, posto que os fundamentos subsistem as Razões Recursais, e, em seguida, remeteu os autos a este Egrégio Tribunal de Justiça.

Nesta Instância, o douto Procurador de Justiça Convocado, na pessoa do Dr. José Correia de Araújo, ofertou parecer (fls. 164/166) opinando pelo **improvemento** do recurso.

É o relatório.

Recife/PE, 25 de Janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



193

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0203742-9

COMARCA: Pombos – Vara Única
RECORRENTE : Manoel Moreira da Silva
RECORRIDO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. José Correia de Araújo (convocado)
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO

Cuida-se de *Recurso em Sentido Estrito* interposto contra a Decisão de Pronúncia proferida pelo Juízo singular, no bojo da Ação Penal nº 243.2000.000165-0, pela suposta infração ao art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (Tentativa de Homicídio duplamente qualificada), sob o argumento de fragilidade do conjunto probatório, requerendo a desclassificação da prática delitiva para o art. 129, §6º, do Código Penal (Lesão Corporal Culposa).

A materialidade do delito é inconteste ante ao Exame de Corpo de Delito – Perícia Traumatológica e Laudo Complementar da vítima **GEOVANE ANTÔNIO DA SILVA** (fls. 77 e 109).

Quanto à autoria do delito, depreende-se dos seus depoimentos, tanto na fase administrativa (fls. 27/28) quanto na judicial (fls. 69/70), diversas contradições do Recorrente **MANOEL MOREIRA DA SILVA**, além de **negar** a autoria da prática delitiva, conforme transcrição parcial de seus interrogatórios:

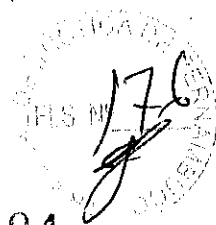
Fase administrativa:

"(...) que ouviu que haviam jogado mais uma pedra no telhado da casa do mesmo; Que, alega o interrogado, que a esposa do mesmo, conhecida por "Zizi", saiu de casa e se encontrou com a vizinha do mesmo, que atende por "Carminha", a quem foi reclamar de tal ocorrido; Que, alega o interrogado, que ao meio da discussão entre ambos, o filho da citada "Carminha" passou a detratar a pessoa do interrogado, chamando o mesmo de "Velho Safado", entre outras coisas; Que, alega o interrogado, que em seguida, o filho da "Carminha", conhecido por "Geovane", em companhia do genitor dele, de nome Gerson, **avancaram contra a pessoa do interrogado para bate-lo, tendo o**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

194



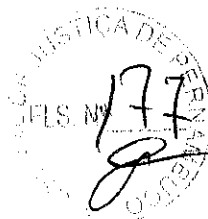
mesmo corrido para dentro da sua casa e se armado com um revólver e efetuado um disparo de arma de fogo, tendo em vista o mesmo ter sido agarrado pelo Gerson, ocasião em que foi deflagrado um tiro, o qual alvejou a pessoa de Geovane; Que, alega o interrogado, que já desarmado, empreendeu fuga, ouvindo disparos de revólver contra a sua pessoa, disparos estes efetuados pelo Gerson; Que, alega o interrogado que após o fato, se evadiu, tomando destino ignorado, retornando nesta data; **Que, alega o interrogado, que de fato, chegou a sacar o revólver, contudo, não apontou para nenhuma pessoa e que de fato, foi deflagrado um tiro quando estava agarrado com o Gerson; (...)** (fls. 27/28).

Fase judicial:

"que tudo começou em virtude de que o pai da vítima, a cerca de oito anos, que vivia provocando ele interrogando, jogando pedra no telhado de sua residência; que nunca foi prestar queixa na delegacia, por conta de que Gerson, pai de Geovane, jogava pedra na casa do interrogando; (...) que no dia 25 de junho do corrente ano, jogaram uma pedra que quebrou duas telhas; que ele interrogando resolveu ir prestar queixa na polícia, juntamente com sua esposa, no entanto, Gerson, o pai de Geovane, atravessou-se, juntamente com sua mulher na frente do interrogando, dizendo que quem iria eram eles; **que ele interrogando estava com um revólver na cintura e Gerson e a mulher, avançaram para desarma-lo; que ele segurou a arma e na confusão a arma disparou; que no momento da confusão, ele não prestou bem atenção ao que estava ocorrendo, mas dizem que o disparo atingiu Geovane, menor de 15 anos; que a vítima mora na segunda casa, após a casa dele interrogando; que volta a afirmar, que o pai de Geovane, estava presente no momento da confusão e foi ele, quem lhe tentou tomar a arma; que na hora em que a arma disparou, ele interrogando, ainda estava agarrado com ela, embora o pai e a mãe da vítima também seguravam a arma, na tentativa de tomá-la; que o pai da vítima conseguiu tomar-lhe a arma, após o primeiro disparo, e**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



195

afastando-se de junto dele, disse que iria atirar nele e na mulher dele interrogando; que não sabe dizer quantos, mas que o pai da vítima ainda efetuou alguns disparos contra ele interrogado; **que já praticou homicídio na Comarca de Serinhaém; que foi preso e condenado à pena de 14 anos; que o homicídio que ele praticou em Serinhaém, o instrumento utilizado foi uma faca peixeira; (...)** que o único vizinho que ele não se dá, é com o **Senhor Gerson, o pai da vítima;** que não sabe dizer, por não se lembrar, quantas balas sua arma tinha; (...)" (fls. 69/70).

Desta forma, constata-se que em sede policial o Recorrente alega a tese de **Legítima Defesa**, afirmando ter atirado por ter sido agarrado pelo pai da vítima, enquanto que judicialmente, além de contar a narrativa dos fatos de forma bem controvertida da versão anterior, afirma que o tiro foi **acidental**, e que os genitores da vítima também seguravam a arma, na tentativa de desarma-lo, quando a arma disparou.

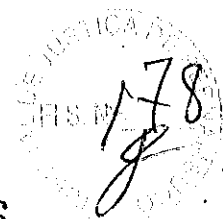
Em contrapartida, a vítima **GEOVANE ANTÔNIO DA SILVA**, em seus depoimentos (fls. 16/17 e 82), afirma que o Recorrente atirou intencionalmente, não se configurando caso de excludente de ilicitude ou um mero acidente, conforme segue:

"Que, alega o declarante, que de fato, na noite de domingo, dia vinte e cinco de junho do corrente ano, se encontrava em sua residência, no endereço acima, quando então o mesmo passou a **ouvir ofensas verbais vindas de uma residência vizinha a casa do mesmo** tendo a sua genitora, acima declarada, procurado saber da vizinha, conhecida por "ZIZI" as razões para tantos insultos, bem como, que a genitora do declarante, assim como o mesmo, desconheciam o autor de tal fato, como sendo, que alguém estava jogando pedras no telhado da casa da mesma; Que, alega a declarante, que ao meio da conversa o declarante que estava acompanhado, a sua genitora, foi visto pelo esposo da citada "Zizi", conhecido por **"Manoel Moreira", o qual tentou agredir a genitora do declarante e o mesmo, em decorrência de tal fato, foi ao socorro da mesma, ocasião em que o mesmo foi alvejado por um disparo de revolver,**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

196



disparado pelo "Manoel Moreira"; Que, alega o declarante, que de fato, a genitora do mesmo disse que iria chamar a polícia contudo, foi impedida pelo citado vizinho; Que, alega o declarante, que o mesmo foi socorrido para o hospital local e deste, seguiu para o Hospital da Restauração, na cidade do Recife/PE, onde foi medicado e em seguida, no outro dia, liberado; Que, alega o declarante, que nada tem contra a pessoa do seu agressor e estranhou a raiva do mesmo contra a sua pessoa, ao ponto de tentar mata-lo; Que, alega o declarante, que o seu genitor e um vizinho conhecido por "sena", conseguiram recuperar o revolver e que o acusado, neste meio tempo, se evadiu, tomando destino ignorado; (...)" (fls. 16/17)

Além das já apontadas divergências, infere-se dos depoimentos das testemunhas arroladas pela defesa, as quais não presenciaram os fatos, que seus testemunhos não contribuem para elucidação dos fatos descritos na denúncia, posto que se prenderam a falar, apenas, sobre a conduta social das partes envolvidas.

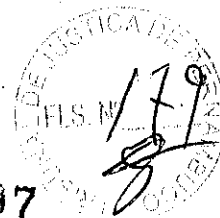
No caso concreto presente, inexistiu, como vimos, prova segura, incontroversa, capaz de configurar o caráter accidental da prática delitiva e, conseqüentemente, a desclassificação do delito para a tipificação contida no art. 129, §6º, do CP, pois, a tese de defesa do Recorrente não restou plenamente comprovada, diante de todo o conjunto probatório colhido nos autos.

Estão assentes os pressupostos necessários à Pronúncia do réu, o qual deverá ser submetido ao julgamento pelo Tribunal Popular, pois na fase do Juízo de Admissibilidade da acusação, que é a fase da Pronúncia, vigora o princípio "*in dubio pro societate*", conforme se compila dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. CONTRARIEDADE DO CONJUNTO FÁTICO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



197

1. O pedido de desconstituição da sentença de pronúncia, pela alegação de falta de provas robustas a comprovarem a autoria e materialidade do crime, demandaria o exame acurado das provas coligidas na instrução criminal, impossível em sede de *habeas corpus*.

2. Na fase de pronúncia não se faz necessário um juízo de certeza, sendo suficiente que o juízo se convença da ocorrência de um crime e de indícios suficientes de autoria, sendo admitidas, a teor do disposto no art. 408 do Código de Processo Penal, todas as acusações que tenham, ao menos, probabilidade de procedência, o que ocorre perfeitamente no caso em tela.

3. Ordem denegada.

(HC 79.002/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2008, DJe 17/03/2008)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. CONTRARIEDADE DO CONJUNTO FÁTICO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRISÃO CAUTELAR. RECURSO DE NATUREZA RESTRITA. MATÉRIA NÃO FORMULADA E TAMPOUCO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.

1. Para a prolação da sentença de pronúncia bastam, apenas, os indícios de autoria e a materialidade do crime e estes foram reconhecidos pelo acórdão recorrido, sendo um juízo de mera admissibilidade da acusação, em caso de dúvida, quanto à participação ou não do acusado, impera o princípio *in dubio pro societate*, cabendo tão-somente ao Júri popular a análise da questão.

(...)

(HC 37.683/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 16/09/2004, DJ 11/10/2004 p. 367)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



198

No Juízo de Admissibilidade da acusação, é defeso ao julgador o exame aprofundado do conjunto probatório, a fim de não influir na convicção constitucionalmente soberana dos jurados.

O Togado monocrático, às fls. 128, aceitou as qualificadoras do crime, mencionadas na Denúncia, para o exame pelo Tribunal do Júri, expondo que:

"(...) à luz dos depoimentos colhidos nos autos, também demonstram os indícios da incidência das qualificadoras apontadas na denúncia e nas alegações finais, previstas nos incisos II e IV, do §2º do art. 121, pelo que devem der levadas à apreciação do Tribunal do Júri, preservando-se, assim, a sua competência.

Nesta medida, não se subtrai do Tribunal do Júri o direito de escolher livremente a melhor prova, ou a versão dos autos que mais se ajusta à solução do conflito intersubjetivo de interesse qualificado pela pretensão resistida, no caso estabelecido entre o do Estado e o Estado-Administração e o do réu. O contrário implicaria negativa de vigência até mesmo à disposição constitucional que rege na hipótese a competência.

A desclassificação proclamada pela defesa, em suas alegações finais do crime de tentativa de homicídio para o crime de lesão corporal culposa, sobre o argumento de que disparo da arma de fogo pelo acusado foi acidental não restou comprovada nos autos de forma clara e cristalina (...)"

Justiça: Nesse mesmo sentido, pronunciou-se o Superior Tribunal de

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORA RESTABELECIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IN DUBIO PRO SOCIETATE. CUSTÓDIA CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE.

1. A exclusão das qualificadoras, na pronúncia, somente pode ocorrer quando se verificar, de plano, sua improcedência, sendo vedado nessa fase valorar as provas para afastar a imputação concretamente apresentada pela acusação, sob pena de se usurpar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



199

a competência do juiz natural da causa, o Tribunal do Júri.

2. Esta Corte tem reiteradamente afirmado que toda prisão anterior à condenação transitada em julgado somente pode ser imposta por decisão concretamente fundamentada, mediante a demonstração explícita da sua necessidade, observado o art. 312 do Código de Processo Penal.

3. A natureza do delito e o argumento de que "houve dificuldade para localizar o réu", por si sós, não justificam a imposição da medida excepcional.

4. Habeas corpus parcialmente concedido.

(HC 32.701/RJ, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 03/08/2009)

Vê-se, pois, ser inviável o provimento perseguido pelo Recorrente, ante a regra do atual art. 413, do Código de Processo Penal, que evidencia o acerto da decisão recorrida, uma vez que ficou comprovada a materialidade do fato e estão presentes elementos probatórios suficientes a respeito da autoria do Recorrente **MANOEL MOREIRA DA SILVA** no crime em que foi vítima **GEOVANE ANTÔNIO DA SILVA**.

Por todo o exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a Decisão de Pronúncia em todos os seus termos.

É como voto.

Recife/PE, 03 de Setembro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator